

Limitações nas negociações com nossos credores externos

Igor Cornelsen*

Já está delineado o contorno da renegociação da dívida externa brasileira.



Nesta semana a renegociação com os credores privados da Venezuela se completou, e a Polônia teve sua dívida externa com o Clube de Paris, em princípio, reescalonada.

O parâmetro acertado para esses dois países será a futura moldura de acordo brasileiro.

Os negociadores brasileiros deixaram transparecer que estavam interessados em grandes descontos na dívida reescalonada do Brasil com o Clube de Paris.

O governo Sarney, inclusive, acertou o pagamento da dívida do Paraguai e da Bolívia para com o Brasil, através da entrega de dívida externa brasileira, comprada por aqueles países no mercado internacional com grande deságio, pelo valor de face.

Na prática, o Brasil aceitou que o Paraguai e a Bolívia pagassem sua dívida com grandes descontos.

O reescalonamento da dívida polonesa com o Clube de Paris veio mostrar que a pretensão do governo brasileiro não é realista.

Os governos dos países desenvolvidos têm limitações políticas.

O perdão parcial de dívida de países semi-industrializados como a Polônia e o Brasil implica subsídio. Os contribuintes e os eleitores não perdoariam nas próximas eleições os políticos que usassem seus impostos para subsidiar crédito à Polônia e ao Brasil. O que o Brasil concedeu ao Paraguai e à Bolívia reflete um pouco ainda o subdesenvolvimento de nossos sindicatos e de nossas elites. A opinião pública dos países desenvolvidos está sempre atenta ao déficit público e às suas consequências em termos de inflação e empobrecimento dos que vivem de salário. Nem parte da boa vontade que existe em relação à Polónia existiria se o credor fosse o Brasil, e a Polónia tentou mas não conseguiu nenhum desconto.

Por outro lado, a Venezuela conseguiu, nesta semana, virtual redução de sua dívida externa com os credores privados em mais de 20%. Assim como o Brasil, a Venezuela tentou por cerca de um ano dividir os credores privados, tentando isolar o comitê assessor de renegociação da dívida de Nova York, negociando banco a banco.

Um ano se passou e o taxímetro continuava girando à Libor + 13/16%. O capital venezuelano e o multi-

nacional continuavam arredios, e a tecnologia moderna, tão necessária ao desenvolvimento, não se aventurava a voltar ao mercado venezuelano.

O presidente Carlos Andrés Pérez, passado todo este tempo, compreendeu que o que seus assessores para renegociação da dívida externa estavam conseguindo era simplesmente adiar o acerto com os credores e a volta dos capitais e novas tecnologias à economia venezuelana. Ordenou então ao seus negociadores um rápido acordo nos moldes do Plano Brady e com certeza 1991 será um ano muito mais promissor para o povo venezuelano.

Meus colegas em Londres acham que o presiden-

te Collor em breve entenderá que seus conselheiros para a renegociação da dívida externa só têm conseguido atrasar seu plano de integrar o Brasil no mundo desenvolvido.

A renegociação da dívida externa, possível de chegar a bons termos nos próximos 360 dias, será limitada aos contornos da renegociação da Polónia com o Clube de Paris e da Venezuela com os credores privados.

Alguns professores universitários discordam desse ponto de vista, porém eles não conhecem muito bem as limitações dos nossos credores.

* Vice-presidente do Standard Chartered Bank Ltda., de São Paulo.